MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRIMEIRA REUNIÃO DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, INICIADA A DEZANOVE DE DEZEMBRO DE 2012. ------

---------- ATA NÚMERO NOVE ----------

Aos dezanove dias de dezembro do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a Primeira Reunião da Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu. ----------

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além do mencionado, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Emanuel Colaço Costa, José António Rocha Barbosa Caria, Fernando Manuel Carvalho Coelho, Isabel Maria Lourenço Travessa, Pedro Gomes do Carmo, Pedro Jorge Firmino Lisboa, Elvira Quaresma Bastos, Rafael Pestana Marques e Luís Fernando Gaudêncio Marques. **PPD/PSD.CDS.PP** - José Manuel Mata Justo, Alfredo Dias Rodrigues, Marília Berto Reimão e Ingeburga de Oliveira. **CDU** – Celina Marques Figueiredo, Avelino dos Santos Antunes, José Manuel Rosa Ferra e José Fernando Figueiredo. **BE** – Cipriano dos Santos Pisco. ----------

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia: Montijo** - José Francisco dos Santos (PS); **Afonsoeiro** - Humberto Manuel Pereira Lopes (PS); **Santo Isidro** - Florêncio Manuel Pinto (PS); **Pegões** - António Francisco Ferreira Miguéns (PS); **Alto Estanqueiro/Jardia** - Tolentino de Oliveira Gomes (PS); **Atalaia** - Dulce Feijão em substituição do Luís Miguel da Silva Morais e **Sarilhos Grandes** - Carla Isabel Marques Braziel (CDU). ----------

O **Presidente em exercício, Pedro Carromeu**, fez uma **Intervenção**, que passo a citar: "Na ausência do Presidente efetivo Amândio de Carvalho e da primeira secretária Sandra Anes, o segundo secretário toma as funções de Presidente da Mesa e de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, torna-se necessário a eleição do primeiro e segundo secretários. ----------
Solicito às diversas bancadas que designem deputados para a eleição." ----------

O **Deputado Municipal – Emanuel Costa** (PS), no uso da palavra, disse: "A bancada do Partido Socialista designa Rafael Pestana, para primeiro secretário e Pedro Lisboa para segundo secretário." ----------

Não se verificando mais nenhuma intervenção das outras bancadas, foi colocado à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: ----------
Ricardo José Caçoila (BE), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Cipriano dos Santos Pisco. ----------
Paulo Jorge Faria Ramos (PPD/PSD.CDS.PP), tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Ingeburga de Oliveira. ----------
Sandra Isabel Candeias Lopes Anes (PS) tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Pedro Lisboa. ----------

Amândio José Correia de Carvalho (PS) tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Elvira Bastos. ----------

Gonçalo Filipe da Silva Bastos (PS) tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Rafael Pestana Marques. ----------

Luís Miguel da Silva Morais – Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia, tendo sido substituído pela Tesoureira da referida Junta, Dulce Maria Carromeu de Oliveira Feijão. ----------

Faltaram os seguintes membros da Assembleia Municipal: Isabel Góis Camacho e Carlos Manuel Afonso Guerreiro, ambos do PPD/PSD.CDS.PP. ----------

A **Câmara esteve representada** pela senhora **Presidente da Câmara Municipal** – Maria Amélia Antunes e pelos senhores **Vereadores**: Nuno Ribeiro Canta (PS), Renato Gonçalves (PS), Maria Clara Silva (PS). ----------

Constatada a **existência de quórum**, o Senhor Presidente em Exercício, cumprimentou a Senhora Presidente da Câmara, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente, abriu o período

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Munícipe - Humberto Sério**, no uso da palavra e na qualidade de Coordenador do Conselho de Pais, da Escola Novos Trilhos da Atalaia, disse: "O assunto que me traz aqui, é referente ao funcionamento do refeitório da EB1 Novos Trilhos da Atalaia, estive presente na última Reunião de Câmara, com outros encarregados de educação e como têm conhecimento o assunto já foi

divulgado na Comunicação Social. ----------

A decisão que saiu da reunião, onde esteve presente a senhora Presidente da Câmara e a senhora Vereadora, foi de alterar a equipa de auxiliares da escola. Eu sinceramente, não acho necessário proceder à alteração de toda a equipa de auxiliares, uma vez que este problema só diz respeito ao refeitório. Receio que no final do 1º período, proceder à alteração de toda a equipa, não seja benéfico para as crianças, porque as auxiliares de sala até à data têm feito um bom trabalho e nós pais estamos satisfeitos. As auxiliares de sala têm um bom comportamento e ao proceder à alteração de toda a equipa vão ser prejudicadas por causa do mau funcionamento do refeitório. ----------

Como pai e como representante do Conselho de Pais, solicito compreensão para este assunto." ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal – Maria Amélia Antunes**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e em resposta ao senhor munícipe, disse: "Compreendemos a preocupação, mas julgamos que "*para grandes males, grandes remédios*". Eu hoje despachei um conjunto de documentação para o Gabinete Jurídico, para abrir um inquérito, porque entendemos que os factos relatados são contraditórios, envolvem várias pessoas, não envolve só a senhora cozinheira e a senhora ajudante de cozinha. ----------

Tal como disse, na segunda-feira avaliamos a situação e tivemos logo a oportunidade de vos dar conta destas dificuldades, que era preciso restabelecer a confiança na escola, a confiança nos alunos, na equipa entre todos os funcionários e dos pais. Esta é a nossa linha de orientação, eu continuo a pensar que a melhor solução é de facto alterarmos toda a equipa, não é só alterar a

equipa da cozinha. Que fique bem claro, que esta nossa atitude, não tem nenhuma animosidade contra ninguém, porque aquilo que nos move, é que do inquérito resultem efetivamente conclusões e responsabilidades. ----------
Se isto não for realizado com a máxima seriedade e responsabilidade, corremos o risco que daquilo que nós queremos preservar, que é, as escolas existem para as crianças, para o bem-estar generalizado das crianças e queremos a confiança das famílias, do corpo docente e dos trabalhadores. Mas permito-me desde já, hipoteticamente conceber a seguinte situação: Há um inquérito, todos em princípio terão que prestar declarações e contar a sua versão dos factos, se ficar uma parte dos trabalhadores na escola, mesmo estando obrigados ao dever do sigilo, as pessoas tem a tendência de chegar ao local de trabalho e dizer o que lhes perguntaram. Isto é natural. E no mesmo local de trabalho, gera confusão e voltamos a não ter condições, para que as coisas decorram com a segurança e a normalidade que nós desejamos. ----------
Depois do inquérito e de apurar responsabilidades, cá estaremos para eventualmente fazer justiça, é para isso que vamos desenvolver este inquérito. Quero garantir aos trabalhadores, aos que vão para outros locais de trabalho e para aqueles que irão trabalhar para a escola Novos Trilhos da Atalaia é que, nós desenvolveremos todos os esforços e prestaremos a nossa máxima atenção, para que os alunos, os pais e os professores, possam desempenhar cada um, as suas funções tendo em conta o superior interesse dos alunos. ----------
E têm a garantia, que eu própria, me empenharei pessoalmente, para que isso aconteça, também as organizações são dirigidas por pessoas, por isso, há uma margem de fiabilidade dos procedimentos e das ações. É nosso entendimento que deveremos manter esta decisão, de mudar toda a equipa, sem que isto

significique, qualquer penalização. Se mudássemos uns e ficasse outros, aí, é que estávamos a valorar à priori a situação." ----------

O senhor **Munícipe - João Oliveira**, no uso da palavra, ainda relativamente a este assunto, disse: "Sou pai de dois alunos da EB1 Novos Trilhos da Atalaia, que não tenho nada contra as auxiliares e se retirarem de lá algumas, nunca mais vai haver rumo." ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal – Maria Amélia Antunes**, no uso da palavra, respondeu o seguinte: "Compreendemos o seu ponto de vista e a sua posição, mas como referi, a factualidade é múltipla, não há só uma versão, há várias versões e é por haver várias versões e vários intervenientes, que nós, achamos que a melhor solução é mudarmos as seis auxiliares e repito vamos fazê-lo com toda a atenção, com uma atenção redobrada, porque a situação é de exceção, por isso, merece uma atenção redobrada. ----------
Repito, isto não tem por finalidade, qualquer juízo de valor sobre qualquer um dos trabalhadores, que vão para outro local de trabalho, é colocar todos num plano de igualdade, no momento, em que iniciamos um processo de avaliação e de prestação de declarações no inquérito. ----------
No final, com os resultados, cá estaremos para efetivamente, proceder também com isenção e com justiça. Nada impede que no final algumas não possam ser recolocadas ou até podem gostar do que estão a fazer. Percebo que as mudanças possam preocupar algumas das trabalhadoras e até causar transtornos pessoais, compreendo isso perfeitamente. ----------
Enquanto Presidente da Câmara, tenho a obrigação de tomar decisões num quadro geral de igualdade. Decorre já um processo-crime, portanto, temos que

ter uma atenção redobrada, para que as coisas sejam tratadas com rigor, com isenção, com responsabilidade e com justiça. ----------
A nossa posição é clara, admito que nem todos estejam de acordo, admito que possa causar transtorno às famílias, mas vamos desenvolver todos os esforços para que o 2º período, se inicie com a máxima tranquilidade e restabelecer a confiança." ----------

A senhora **Munícipe – Ana Maria Sequeira**, no uso da palavra, disse: " Sou funcionária na EB1 Novos Trilhos da Atalaia e quanto à situação, a que se refere de haver crianças sem copos, sem pão e sem guardanapos, eu quero dizer que trabalho porque preciso, mas também defendo os interesses das crianças." ------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal – Maria Amélia Antunes**, solicitou a palavra e interrompeu a senhora munícipe e disse: "É trabalhadora da escola, é trabalhadora da Câmara Municipal do Montijo, se usa o seu tempo como munícipe, muito bem, se faz relatos como funcionária, tem um estatuto a que deve obedecer. Só interrompi para fazer esta salvaguarda." ----------

A senhora **Munícipe – Ana Maria Sequeira**, no uso da palavra, continuou: "Quero dizer que tínhamos ordens superiores, que não podíamos entrar no refeitório. ----------
Solicito um parecer das diversas bancadas." ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal – Maria Amélia Antunes**, no uso da palavra, em resposta à senhora munícipe, disse: "Vou responder com a seriedade que o assunto merece. ----------

Os funcionários públicos não estão impedidos como cidadãos de virem às Sessões de Câmara ou à Assembleia Municipal, colocar qualquer questão, enquanto munícipes. Enquanto funcionários, têm um estatuto ao qual devem obediência, e portanto, esse estatuto não dever ser violado. ----------

Por isso, coloquei o ponto prévio. Mas para que não fiquem quaisquer dúvidas, exige a seriedade e a minha consciência que eu informe a Assembleia Municipal, de que sou amiga de infância de Ana Maria Sequeira, que foi hoje bater à minha porta, pelas 19 horas, preocupada com a sua transferência e disse-lhe "Ana desculpa, mas eu não falo disso, isso vai ter o seu tratamento próprio", a nossa conversa decorreu, contando-me ela, as dificuldades que vai ter, porque tem a mãe que tem muitas dificuldades e eu disse-lhe: "Isso é um problema teu, vais ter que resolver, não mistures as coisas", disse-me inclusivamente que vinha hoje à Assembleia Municipal e eu respondi: "Fazes muito bem, vai manifestar o teu estado de alma". ----------

Quero repetir, para não colocar aqui nenhuma trabalhadora em posição, que depois lhe pode ser adversa, não se trata de ameaças, trata-se de cumprir regras. A minha relação de amizade com Ana Maria Sequeira, não tem nada a ver com a minha posição e com o meu papel, enquanto Presidente de Câmara, nem que fosse uma irmã minha, o tratamento era igual. ----------

Somos eleitos, não é para tratar dos interesses dos nossos amigos e dos nossos familiares, mas para tratar da vida dos nossos munícipes em geral. ----------

Quero deixar aqui esta posição, para não haver o diz que disse, que prejudica efetivamente a seriedade dos processos e gera equívocos. Quero deixar aqui a minha posição muito clara, nós estamos a tratar da vida de 180 crianças, por isso não há amigos ou interferências, que possam dificultar o apuramento da

verdade. Os factos são múltiplos, já mete a inspeção, há processo-crime, portanto, vamos tratar deste caso com a responsabilidade que o assunto merece." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício – Pedro Carromeu**, disse: "Senhor Deputado Avelino Antunes, pediu a palavra, espero que não seja para responder aos senhores munícipes." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: "De acordo com o regimento da Assembleia Municipal, as bancadas tem por direito no período do público dar a sua opinião, quando solicitada pelo público, não podem é entrar em debate nesse período." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício – Pedro Carromeu**, disse: "Senhor Deputado, nós já abordamos esta questão por várias vezes, se o senhor Deputado quiser intervir sobre esta questão, intervém no período antes da ordem do dia, esta é a interpretação da mesa. Eu não lhe vou dar a palavra, para responder à senhora munícipe." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: "O que diz o regimento é que, quando qualquer membro da Assembleia Municipal, interpolado pelos munícipes, tem o direito a usar da palavra no período destinado ao público. ----------
A questão foi colocada de uma forma truncada na pergunta à Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas mesmo assim a resposta esta aí, onde

diz que cada bancada pode dar a opinião no período destinado ao público quando solicitado. ----------

Os senhores dão a vossa opinião e nós damos a nossa, não podemos é entrar em discussão, teremos que faze-lo se assim o entendermos mais tarde no período antes da ordem do dia. Já outras forças políticas tiveram maioria absoluta e nunca usaram da maioria absoluta para tentar silenciar os outros, como está agora a acontecer no atual mandato." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício – Pedro Carromeu**, disse: "Não estamos a silenciar ninguém, nem nunca foi essa a posição da mesa da Assembleia Municipal. O senhor Deputado, sabe perfeitamente o debate que isto tem levantado, o senhor Presidente pediu um esclarecimento à Associação Nacional de Municípios, que foi bastante claro, o senhor tem a sua interpretação, tal como a mesa, de seguida iremos entrar no período antes da ordem do dia e aí pode usar da palavra, para prestar os seus esclarecimentos." -

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: "O senhor Presidente de seguida irá por as atas à discussão e votação e os munícipes vão ficar aqui à espera da opinião das bancadas. Isto viola o regimento, retira os direitos aos deputados da assembleia municipal, não é legal e é uma atitude política inaceitável." ----------

O senhor **Presidente em exercício da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

e de acordo com a alínea a) do artigo 33º do Regimento da Assembleia Municipal, colocou em apreciação as atas abaixo mencionadas, tendo sido previamente distribuídas por todos os membros, submeteu-as à aprovação, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: ----------

Ata n.º 2 de 23 de abril de 2012

Aprovada por Maioria, com 18 votos a favor e 5 abstenções. ----------

Ata n.º 6 de 27 de setembro de 2012

Aprovada por Maioria, com 21 votos a favor e 5 abstenções. ----------

Ata n.º 7 de 28 de setembro de 2012

Aprovada por Maioria, com 19 votos a favor e 7 abstenções. ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: "Com todo o nosso melhor cuidado em todos os aspetos e pela importância que a matéria tem, trata-se de uma escola pública e de crianças, temos de tratar deste problema com a maior atenção. ----------
Vamos apresentar uma proposta nesse sentido, esta casa tem a responsabilidade política de fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Compreendendo tudo o que foi dito, à uma questão que se coloca, que é o facto se nesta altura for mudada toda a equipa, independentemente dos resultados dos inquéritos, é antecipar o resultado dos mesmos. ----------
Se à mudança total das auxiliares e se à partida os próprios pais, não se queixam das auxiliares de sala, já estamos a tirar uma conclusão. Para haver

uma mudança total dos auxiliares, só após as conclusões do inquérito e se tal se justificar. ----------

Quero enaltecer a questão que a senhora Presidente de Câmara aqui transmitiu, de uma funcionária da escola, por ter sido por ela contactada, mas não se pode em nome do sigilo mudar todos os funcionários. ----------

Vamos fazer uma proposta de que esta Assembleia Municipal, deve hoje aqui, se for aprovado, criar uma comissão para averiguação do processo no que diz exclusivamente respeito à atividade da Câmara Municipal e à sua responsabilidade política. ----------

A Assembleia Municipal deve averiguar o que se passou, esta é a nossa posição e ninguém está aqui a politizar, porque o problema à partida já está politizado, basta ler a comunicação social. ----------

Para nos pronunciarmos na Assembleia Municipal, que dados temos? Por isso temos o dever e a obrigação de ouvir os funcionários da Câmara Municipal, o diretor da escola e do agrupamento, e a partir daí chegarmos a uma conclusão para depois apresentarmos aqui os resultados da referida comissão e propostas de solução.----------

À afirmações que vem no jornal, a dizer que a situação era do conhecimento da Câmara Municipal, para que a Assembleia Municipal faça um juízo de valor, só através da criação para verificação da possível responsabilidade da Câmara. -----

Não estamos a dizer que a Câmara Municipal tem culpa, mas referir o que vem na comunicação social, que a responsável do agrupamento Poeta Joaquim Serra, diz que tudo era do conhecimento da Câmara." ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal – Maria Amélia Antunes**, no uso da

palavra, disse: "Admito que os munícipes estão aqui com um determinado objetivo e que queiram sair esclarecidos sobre a posição da Câmara Municipal e eventuais discordâncias com aquilo que o representante da CDU, o senhor Deputado Municipal Avelino Antunes aqui referiu. ----------

A Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da Câmara Municipal, não pode, é ser um órgão fiscalizador à anterior, ou seja, não pode fiscalizar o que ainda não há para fiscalizar. Também me parece, com o devido respeito, que estando a decorrer um inquérito administrativo na Câmara Municipal e estando a decorrer um processo-crime, não se me afigura de grande relevância, estar a ouvir as mesmas pessoas, aqui numa situação paralela política, porque de facto uma Comissão da Assembleia Municipal é política. ----------

Isto, trata-se de facto de uma situação política, de politizar, administrativamente o que está a ser tratado pela Câmara Municipal e judicialmente/criminalmente está a ser tratado pelo Tribunal. ----------

Também quero deixar claro, que a invocação que fiz do sigilo, ou do segredo de justiça, não tem nada a ver com a conotação que o senhor Deputado Avelino Antunes, lhe quis dar. ----------

Com o devido respeito e salvo melhor opinião, que nesta reunião não pode ser aprovada nenhuma Comissão, porque não consta na Ordem de Trabalhos e não pode ser hoje aqui aprovada, quanto muito na próxima Assembleia Municipal, discutido com os líderes das bancadas e eventualmente ser trazida aqui essa proposta para constituir uma Comissão. ----------

A Câmara Municipal não vai facultar a esta Comissão dados do inquérito, porque são sigilosos e o Tribunal também não vai facultar nenhum elemento a esta Comissão. ----------

Isto não tem nada a ver com a fiscalização e a preocupação que deve ser tida e com o apuramento da verdade e das responsabilidades. A cada um a sua responsabilidade, este deve ser o nosso princípio de orientação. Salvaguardar e colocar a escola a funcionar a partir do dia 2, em condições de normalidade e regular a confiança das crianças, das famílias, dos professores e dos trabalhadores." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: "Nós não queremos, nem ninguém está a querer retirar dividendos políticos. O que pretendemos é que a Assembleia Municipal assuma as suas responsabilidades, porque tem obrigação e é o órgão fiscalizador da câmara Municipal e não deve ser impedida de fazê-lo. ----------
Quero também dizer que nós não dissemos se era comissão hadoc, mas nesta casa já foram aprovadas comissões hadoc, sem que tivesse na Ordem de Trabalhos. É bom, que tenhamos todos memória, perante uma situação deste tipo os senhores não querem que se crie uma comissão! É o mínimo o que esta casa pode fazer. São os pais, os trabalhadores da Câmara Municipal na escola e o agrupamento a dizerem que a Câmara Municipal tem conhecimento de todo este processo. Os senhores querem demitir-se das vossas responsabilidades." --

O senhor **Deputado Municipal – Emanuel Costa (PS)**, no uso da palavra, disse: "Nós achamos que o senhor Deputado Avelino Antunes, quer é politizar esta questão, assumimos desde já, agora, ou para o futuro que não somos a favor da constituição dessa Comissão. Achamos que o assunto é sério demais e que deve ser tratado entre a Câmara Municipal e a comunidade educativa." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: "Este é um assunto bastante sensível, que interfere com a educação das crianças. Pelo que a senhora Presidente da Câmara disse, a Câmara definiu um método e um processo para avançar com este inquérito e a regra fundamental haja ou não culpados, o problema está resolvido, vai a equipa ser toda mudada e põe-se lá uma equipa nova. No fundo, a Câmara Municipal está a fazer um inquérito sobre os acontecimentos, há pessoas que se calhar não têm nada a ver com o que se passou, mas, vão ser penalizadas porque são afastadas da escola, onde se encontram atualmente. ----------

Na minha opinião política, é um método errado, para mim deixa-se correr o inquérito e com base nas conclusões do inquérito, toma-se as medidas adequadas." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PPD/PSD.CDS.PP)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: "Em primeiro lugar quero desejar as melhoras ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e sendo esta a última Assembleia Municipal do ano, queria também aproveitar a oportunidade para desejar a todos um Santo Natal e agradecer os votos de Boas Festas que me foram enviados, quer da Assembleia Municipal quer da Câmara Municipal. ----------

Em relação à Escola da Atalaia, confesso que só sei deste caso, por aquilo que li na Comunicação Social e chegou-me agora a informação pela senhora Presidente, que decorre um processo. A senhora Presidente vai-me desculpar, mas acho que a senhora exagerou nos adjetivos, sei que tem por hábito resolver as coisas na hora. ----------

Se o interesse das crianças está acima de tudo, não sei se essa decisão de colocar todo o pessoal fora, sem ter em atenção que estamos a meio do ano e existe vivências entre as crianças e os funcionários, será a melhor decisão. Não questiono, se a senhora já tomou a decisão, tem todo o direito de a tomar é da sua responsabilidade. ----------

Aproveitando esta situação, também que chegou há dias a informação, que houve situações de escolas em que algumas crianças, não tiveram acesso às refeições, porque não tinham as senhas do refeitório pagas. Ontem, na Assembleia de Freguesia do Montijo, o senhor Presidente da Junta de Freguesia, garantiu que tem informações concretas, que na freguesia do Montijo, não há criança nenhuma que não tenha tido acesso às refeições, por falta de pagamento. Não estou a afirmar que existiu estas situações, estou a afirmar que houve problemas com as senhas e com o fornecimento de refeições. ----------

Tenho conhecimento que alguns municípios na altura das férias, fornecem refeições, não sei se no caso do Montijo é necessário, mas proponho que se aproveite estes casos, para se fazer uma avaliação concreta, se é necessário ou não os refeitórios estarem abertos nas férias." ----------

O senhor **Deputado Municipal – José Mata Justo (PPD/PSD.CDS.PP)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: "Tenho ouvido aqui com muita atenção e com alguma preocupação, o que se tem falado sobre a escola Básica da Atalaia. ----------

Estamos aqui perante um facto de bicefalia, isto é, duas entidades que gerem a mesma instituição. A direção da escola Poeta Joaquim Serra tem a jurisdição

muito própria sobre os professores e sobre o projeto pedagógico da escola e a Câmara Municipal tem a responsabilidade sobre os funcionários. ----------

Isto acontece em todas as escolas do pré-escolar e do 1º ciclo, há uma dupla responsabilidade tributada que é o agrupamento, mais a Câmara Municipal. Este problema já vem de trás, foi proposto na altura da senhora Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues e continua com o atual senhor Ministro Nuno Crato. Isto é fruto daquilo que é a realidade educativa, do concelho e do país, fazendo com que haja aqui uma grande divisão de contextos. ----------

O que aconteceu na escola da Atalaia é do conhecimento há muito tempo da Direção da escola, desde os finais do ano letivo e começou a agravar este ano letivo. A funcionária em causa, que é cozinheira, achava que a responsabilidade dela era perante a Câmara Municipal, na pessoa da senhora Vereadora Clara ou da senhora Presidente e nunca da direção da escola, por isso à aqui tensões envolvidas, professores, funcionários e pais, porque tem a ver exatamente com esta bicefalia. ----------

A Câmara Municipal tem um espaço de autoridade e a escola tem outro, isto é provocado pela própria lei. ----------

Percebo a senhora funcionária que veio aqui refletir, entendo que de facto, é uma situação muito complicada, sermos deslocados do pé das nossas residências e do nosso local de trabalho, para outro local de trabalho. ----------

A partir do ano passado, todo o funcionário público, que esteja em nomeação definitiva, deixou de o ser, para passar a contrato indefinido, isto é, deixamos de ter vínculo de trabalho à nossa instituição, que à partida era vitalício. Há cada vez mais a mobilidade e cada vez mais a mobilidade é importante. ----------

Nós temos uma carta educativa que a Câmara Municipal investiu, o que está a

acontecer no território educativo e da qual há aqui uma dupla responsabilidade da Câmara Municipal e das escolas envolvidas, é preciso ter consciência, o principal são os alunos. A aprendizagem é feita pelo professor, também tenho consciência que a aprendizagem é ajudada com o auxiliar, não questiono o esforço do funcionário com o professor e com o aluno. ----------

Há aqui um princípio que chamo à atenção do senhor Deputado Avelino que é fundamental e por isso não concordo quando quer criar uma comissão, para discutir um problema político, estamos a falar de alunos que oscilam entre os 6 e os 10 anos de idade, estamos a falar de tensões de pais, que a sua maior riqueza são os filhos. ----------

Há um inquérito, há um processo-crime que a funcionária em questão pôs a um pai e um pai que pôs um processo-crime a funcionária, há aqui um rol de situações. A escola sente-se mal neste processo, tal como a Câmara e parece-me que o bom senso, dá-nos a entender que se deve deixar desenrolar os acontecimentos. ----------

Se a senhora Presidente da Câmara deslocar todos os funcionários da escola, o que custa aqui são eles se sentirem deslocados, mas como medida preventiva e para defender os interesses dos alunos e em primeiro lugar, essa é uma função que a senhora Presidente tem que ter, é uma medida que eu subscrevo. ----------

Há aqui também a culpa do silêncio dos justos, esse silêncio do qual os professores não se indignaram, pela atitude da funcionária ao limitar o aluno à sua refeição, há aqui a responsabilidade por este silêncio. Nós temos o direito à indignação. ----------

Eu peço ao senhor Deputado Avelino, que aguarde, existe aqui vários processos envolvidos, há tensões. Percebo o receio dos funcionários, mas não há aqui um

processo de despedimento, mas sim de deslocação. ----------

Em nome do equilíbrio da instituição, temos que ter calma, isto é próprio de um processo que está a começar e já reparámos que há contradições, entre o que é a gestão da Câmara Municipal e que tem o seu dever e a gestão pedagógica da escola que tem outro dever. ----------

Aprovamos todos aqui por unanimidade a carta educativa da Câmara Municipal, temos que entender que essa carta educativa tem um princípio e tem que ter um fim e nós não podemos nunca esquecer, que há situações de natureza pedagógica que se tem que se sobrepor aos interesses administrativos e políticos." ----------

A senhora **Deputada Municipal - Celina Figueiredo (CDU)**, no uso da palavra, disse: "Tomei conhecimento deste assunto pelo jornal e fiquei perplexa, porque trabalho numa Divisão de Educação e conheço a Divisão da Educação do Montijo, conheço bem a Vereadora Clara e fiquei na dúvida com muito do que está escrito. ----------

A primeira impressão que tive foi negligência por parte da escola, porque são os professores que estão em primeiro lugar com as crianças e ao ler no jornal "*a senhora professora Gabriela Salvador não quer prestar declarações*" e a diretora do agrupamento de escolas faz aqui acusações muito graves e como se trata de crianças e já se falou aqui várias vezes que não se deve politizar, mas eu acho, que a partir do momento, que vem esta noticia no jornal com este título e com estas declarações, está mais do que politizado e fica muita coisa no ar, que importa esclarecer, até para o bom nome de alguns autarcas que aqui estão referidos. A professora Helena Lourenço, diz "*que depende diretamente da*

Câmara Municipal os refeitórios, assim como os funcionários". ----------
Sabemos que isto foi uma transferência de competências que o Governo fez para as Câmaras, em que o odioso ficou na parte da Câmara. Os funcionários são da Câmara e esta paga os vencimentos, mas os funcionários não estão na Câmara, nem em contato com a Câmara, estão com os professores e num espaço que não é da Câmara, estão nas escolas que dependem da gestão do agrupamento. ----------
Os pais vieram à última Reunião de Câmara e hoje à Assembleia Municipal, por isso já está politizado, por isso não é de espantar que os deputados queiram dar a sua opinião e tentam fazer alguma coisa. Na minha opinião concordo que a Assembleia Municipal acompanhe e se preocupe, porque fomos eleitos para isso. Sei que a Câmara Municipal está a atuar da maneira que lhe compete e com a devida atenção e está a proceder ao inquérito para se apurar as responsabilidades." ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal – Maria Amélia Antunes**, no uso da palavra disse: "Tendo em conta as intervenções dos senhores deputados, quero dizer ao senhor Deputado Cipriano Pisco, que é verdade que a Câmara avaliou, ponderou e tomou uma decisão. A questão que colocou de deixar correr o inquérito e depois de apuradas as responsabilidades, fazer as mudanças que eventualmente se impusessem é impraticável e eu explico. O inquérito vai decorrer em 2 ou 3 meses, com a instabilidade na escola e com esta relação de desconfiança litígio as coisas não iriam funcionar. ----------
Quanto à minha adjetivação ter sido mais ligeira, queria explicar que a minha perplexidade foi de tal ordem e colocada perante um conjunto de relatos

chocantes, a ser isto tudo verdade os professores também têm culpa. Esta é a reação normal após um choque, porque foi chocante o que os pais disseram. --- A questão está politizada do ponto de vista que tem a ver com entidades políticas, a Câmara Municipal é uma entidade política e administrativa, mas não no sentido de uma comissão de inquérito para politicamente avaliar a situação. Porque no plano administrativo e judicial estão a ser tratados. Há de facto afirmações graves que lesam o bom nome de alguns autarcas, queremos prestar todas as informações, quer aos senhores deputados individualmente, quer aos grupos a que pertencem, tudo o que pudermos revelar, revelaremos."

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: "Nós apenas colocámos esta questão, porque eu estive na Sessão de Câmara, quando os pais lá se deslocaram e fiquei convencido e transmiti aos meus camaradas, que a senhora Presidente não tinha conhecimento da situação e sei que ficou perplexa. ----------
A nossa intenção não é politizar ou ter alguma vantagem política. ----------
Nós fomos contra a passagem das escolas para as Câmaras e alertamos para esta conflitualidade e alguém tem que assumir isto, não foi por acaso que votamos contra. O tempo é um grande mestre e veio-nos dar razão. ----------
Há uma parte dos professores que tem culpa ou não, há os funcionários que estão aqui a dar a cara e há aqui pais a dizerem que há alguns funcionários que tratam bem as crianças e não têm culpa e nós já estamos com um inquérito que ainda não está concluído a dizer que o elo mais fraco são os funcionários, os próprios pais aqui manifestaram essa opinião. ----------
Considerando a responsabilidade que a Assembleia Municipal tem, assim

passamos a apresentar a seguinte **Proposta**: ----------

"Considerando os factos ocorridos na Escola EB1 Novos Trilhos da Atalaia, que foram relatadas pelos pais em sessão de Câmara Municipal e que a Comunicação Social transmitiu. ----------
Considerando o melindre da situação a posição dos pais e de alguns funcionários da escola, relatados em sessão na Assembleia Municipal. ----------
A Assembleia Municipal reunida a 19 de dezembro 2012, delibera: ----------
Criar uma comissão hadoc para acompanhamento do processo." ----------

Continuando no uso da palavra, senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes**, referiu ainda que o senhor Deputado Municipal – Emanuel Costa em relação a este assunto disse uma frase muito elucidativa "*Comissão, nem hoje nem nunca*", quando um membro de uma Assembleia Municipal perante uma situação destas, tem esta afirmação política, creio que é elucidativo. É uma afirmação muito grave, porque têm maioria absoluta utilizam-na para bloquear tudo." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício – Pedro Carromeu**, disse: "A proposta para a criação da comissão, não vem na Ordem de Trabalhos". ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: "A criação de uma comissão hadoc, não é a primeira vez que é feito aqui nesta casa e sei que não faz parte da Ordem de trabalhos, já percebi qual é a

posição do PS "Comissão, nem hoje nem nunca", já aqui foi dito, agora vamos ver o que diz o Regimento: ----------

Capítulo V – Comissões ou Grupos de Trabalho ----------

Artigo 58º (Constituição) ----------

"1. A assembleia Municipal pode constituir Delegações, Comissões ou Grupos de Trabalho para qualquer fim determinado. ----------

2. A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo Presidente pela Mesa, pelos Grupos Municipais ou por qualquer membro da Assembleia." ----------

O senhor **Deputado Municipal – José Mata Justo (PPD/PSD.CDS.PP)**, no uso da palavra, disse: "Eu queria chamar a atenção para o meu colega Avelino, independentemente da Comissão ser constituída ou não, há aqui um pressuposto que se tem que ter em atenção. Pomos a questão que a Comissão vai ser aprovada, tem que pedir autorização à Direção do Agrupamento para entrar na escola. Se a escola não der ordem para a entrada da Comissão o senhor não pode lá entrar, porque a responsabilidade política educativa é da direção da escola. ----------

Eu como diretor de agrupamento, com uma comissão mandada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, eu não autorizava a comissão a entrar na escola. A responsabilidade pedagógica é minha, não é da Câmara ou da Assembleia." ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal – Maria Amélia Antunes**, no uso da palavra, disse: "A Assembleia Municipal só pode deliberar validamente, as propostas que estão agendadas, os atos administrativos válidos, vinculativos,

tem que constar na Ordem de Trabalhos." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício – Pedro Carromeu**, disse: "A questão da Comissão que está a propor senhor Deputado Avelino, terá que vir na Ordem de Trabalhos, no período Antes da Ordem do Dia, não há lugar à apresentação de propostas para a criação de comissões. Assim, não vamos por à votação a proposta apresentada pela bancada da CDU, sobre a criação de uma comissão hadoc." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, apresentou um **Protesto**: "A bancada da CDU protesta veementemente, que perante o melindre de toda esta situação, não ter sido aceite com base no artigo 58.º do Regimento da Assembleia Municipal a criação de uma Comissão para acompanhamento deste processo. ----------
Considerando aquilo que os pais aqui relataram, os funcionários da Câmara Municipal que estão na escola e aquilo que já vem na Comunicação Social, entendemos que o facto da não-aceitação desta comissão de acompanhamento, é incompreensível a posição do PSD de não querer fiscalizar a atividade da Câmara e é um mau serviço que o PS está a prestar, e que infelizmente através da sua maioria absoluta impede o pleno funcionamento desta Assembleia ao inviabilizar a aprovação de uma proposta que visa a criação de uma comissão para verificação do processo referente à Escola Básica Novos Trilhos da Atalaia." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Emanuel Costa (PS)**, no uso da palavra, disse:

"Na sequência da proposta apresentada pela Bancada da CDU, para a constituição de uma Comissão a Bancada do PS, considera o Regimento: ----------
Ao abrigo do artigo 33.º (Período de "Antes da Ordem do Dia) ----------
"1. O período de "Antes da Ordem do Dia" destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município, bem como: ----------
a) À apreciação e votação das atas; ----------
b) À leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que à Mesa cumpra produzir; ----------
c) À apresentação de Moções, de Votos de Louvor, Congratulação, Saudação, Protesto, Pesar ou Declarações Políticas; ----------
d) à resposta às questões anteriormente colocadas, designadamente pelo Público, que não tenham sido esclarecidas no momento próprio." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício – Pedro Carromeu**, disse: "Diz a Lei das Autarquias Locais, no seu artigo 83.º (Objeto das deliberações) ----------
"Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da reunião ou sessão, salvo se, tratando-se de reunião ou sessão ordinária, pelo menos dois terços do número legal dos seus membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: "Eu estou a falar de uma comissão hadoc, mas nós podemos fazer o seguinte, quando o senhor Presidente da Assembleia colocar à discussão a Ordem de Trabalhos, nós vamos solicitar a inclusão do ponto da criação da

comissão." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício – Pedro Carromeu**, disse: "Está no seu direito." ----------

O senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Moção**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

DEFENDER AS ÁGUAS PÚBLICAS

"Considerando que ----------

A água é um elemento essencial ao homem; O direito à água, reconhecido pela Nações Unidas, é um direito humano; Todas as pessoas têm direito ao abastecimento de água em quantidade e qualidade; Garantir uma gestão equilibrada e sustentável deste recurso é garantir o bem de todos.

Considerando que ----------

O Governo do PSD/CDS-PP através de alterações à Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho (PL 552/2012,de 15/11), quer viabilizar a concessão dos sistemas multimunicipais de resíduos a entidades de capitais maioritária ou totalmente privados, pretendendo, ainda, permitir subconcessões de sistemas multimunicipais de Águas a entidades privadas; ----------

Considerando que ----------

A restruturação do sector das águas e resíduos deve ter em vista a melhoria da gestão, transparência, redução de custos, assegurando o Estado e os municípios o serviço público. Toda e qualquer restruturação deve ser enquadrada nos prossupostos políticos e económicos da criação dos sistemas, com vista à sua viabilidade e sustentabilidade; ----------

Considerando que ----------

No Concelho de Montijo o abastecimento de água é garantido pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), os Resíduos Sólidos Urbanos pela AMARSUL de que Montijo é fundador, e as águas residuais pela SIMARSUL de que o Município é fundador. ----------

A Assembleia Municipal de Montijo reunida em Sessão ordinária de Dezembro de 2012: ----------

1. Valoriza a importância do modelo multimunicipal de gestão de resíduos sólidos urbanos e das águas residuais que têm permitido aos municípios um salto ambiental qualitativo sem precedentes, defendendo a optimização do modelo e o cumprimento das obrigações por parte de todos os parceiros (Estado e Municípios); ----------

2. Manifesta-se contra a estratégia do Governo de concessionar o sector de águas e resíduos através de fusões, verticalizações e concessões, delineada na Proposta de Lei 552/2012, de 15/11/2012; ----------

3. Reafirma o seu compromisso com as populações do Concelho de defesa da gestão pública da água, dos resíduos e do saneamento, de defesa das competências municipais nestas matérias, de manutenção de um serviço público de qualidade ao serviço das populações de todas as Freguesias do Concelho de Montijo; ----------

4. Dar conhecimento da presente deliberação à senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território; a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República; ao Conselho de Administração da SIMARSUL; e ao Conselho de Administração da AMARSUL." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Emanuel Costa (PS)**, no uso da palavra, leu um **Voto de Congratulação**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

"Recentemente, o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis distinguiu a Câmara Municipal de Montijo com o título "Autarquia + Familiarmente Responsável". Este prémio tem como objectivo reconhecer as boas práticas em matérias de políticas que pelas mais diversas formas apoiam as famílias. Esta distinção é feita à Câmara Municipal do Montijo pelo 3º ano consecutivo. ----------

A política social do município é assim premiada através de várias acções desenvolvidas: ----------

Nas áreas de formação e aconselhamento parental, apoio jurídico, apoio a famílias com fragilidade social, aconselhamento familiar em situações de crise, apoio a famílias imigrantes; na realização de obras e pequenos arranjos no domicílio de famílias com fragilidade social; na dinamização do programa "Saudável 65"; a abertura da loja social; o desenvolvimento do projecto "Pontes de Afecto" que promoveu a sensibilização das famílias, nas oito freguesias do Concelho, para as temáticas dos cuidados de saúde primários, da alimentação saudável, das perturbações específicas do desenvolvimento, das perturbações da linguagem e da gestão do orçamento familiar; no desenvolvimento do projecto Tu Kontas. ----------

O apoio e cooperação à comunidade educativa e instituições de solidariedade social e consequentemente às famílias também é uma realidade premiada pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Destacamos os

transportes escolares, as refeições escolares, o banco de manuais escolares, atribuição anualmente de Bolsas de Estudo "Cidade de Montijo" a alunos de Ensino Secundário e Superior, os serviços de apoio à família no ensino pré-escolar e actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo e a criação de novos lugares em estabelecimentos de ensino básico e jardins-de-infância, tendo neste momento uma taxa de cobertura na rede pública de 107,7% e 60%, respectivamente. ----------

A Assembleia Municipal do Montijo, em reunião ordinária realizada no dia 19 de dezembro, congratula-se com a distinção do município do Montijo, com o título "Autarquia + Familiarmente Responsável". ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **Moção** e uma **Intervenção Política**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

MOÇÃO

"O Orçamento de estado do governo PSD/CDS/PP para o ano 2013, configura uma brutal e inaceitável injustiça para com os trabalhadores, camadas mais desfavorecidas da população e classe média. ----------

Trata-se de um documento sem precedentes no Portugal de Abril, de um autêntico assalto aos direitos sociais e económicos dos portugueses, que irá agravar e empobrecer ainda mais o País. Cortes e congelamento nos salários e reformas, diminuição nos direitos e acessos aos serviços sociais e aumento dos impostos. ----------

É uma guerra declarada aos direitos sociais e económicos alcançados com o 25 de Abril que a Constituição da República Portuguesa consagra e ao próprio regime democrático. ----------

Este orçamento significa, mais empobrecimento para o país, mais penúria e miséria para o povo. ----------

Nenhum democrata pode ou deve ficar insensível perante estas barbaridades e tudo deve fazer para que este orçamento não seja promulgado. ----------

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida em 19 de dezembro de 2012, delibera: ----------

Manifestar o seu mais profundo protesto contra este orçamento de terror. ------

Apelar para que os trabalhadores e a população em geral participem nas acções de luta contra este bárbaro orçamento. ----------

Exigir que o senhor Presidente da República que jurou cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, que utilize todos os meios incluindo o veto político, para a não promulgação deste orçamento." ----------

INTERVENÇÃO POLÍTICA

"Vivemos uma crise que ao contrário do que pretende uma social-democracia profundamente comprometida com o grande capital e o imperialismo, não resulta de uma qualquer "falha de regulação do sistema financeiro" ou de "excessos dos mercados" antes é produto do próprio funcionamento da economia capitalista assente na corrida ao máximo lucro e corroída por insanáveis contradições. ----------

A grave crise que o País enfrenta é o resultado de mais de três décadas de política de direita com os governos PS, PSD, e CDS/PP sozinhos ou coligados, determinada e ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos e subordinada à integração capitalista na União Europeia, ampliou-se de forma brutal e com consequências dramáticas na vida do povo e do país. ----------

Neste período e durante a vigência de três governos - dois do PS e o actual

PSD/CDS-PP - assistimos a um grave declínio económico do país, a um novo avanço no processo de regressão social, à perda de novas parcelas de soberania e ao empobrecimento do regime democrático. ----------

Essa concertação na prossecução das orientações da política de direita, nomeadamente das políticas de severa austeridade, de alienação do património do país e da soberania nacional, esteve bem patente na viabilização dos orçamentos para 2010 e 2011, na viabilização do PEC I, II e III pelo PSD, na aprovação do Tratado de Lisboa, do semestre europeu e outros mecanismos de controlo orçamental, bem como o apoio a muitas e outras medidas contra os direitos dos trabalhadores e das populações, com o apoio, acção e convergência política do actual presidente da República, entretanto reeleito. ----------

Numa operação marcada pela encenação e chantagem política, incluindo sobre aqueles, como o PCP, justa e decididamente se opunham à sua política anti-social e antipopular, os parceiros da "dança do tango" PS e PSD romperam a sua aliança tácita e Sócrates autodemite-se. ----------

Já com eleições antecipadas marcadas e antecipando-se ao veredicto popular o governo PS, decide juntamente com PSD e CDS-PP e com o apoio do Presidente da Republica, aceitar e subscrever um Programa de Assistência Financeira - um verdadeiro Pacto de Agressão contra o nosso povo e os interesses nacionais - e entregar os destinos do país à humilhante dependência da intervenção estrangeira, concretizada pela Troika/FMI/EUIBCE. ----------

É esta a verdade! Se o PS é vítima de alguma coisa é de si próprio, pelo seu compromisso com a política de direita. ----------

Um Pacto de Agressão que constitui um golpe contra o regime democrático, a soberania e a dependência nacional e correspondeu ao objectivo do grande

capital de procurar garantir a concretização de um passo para agravar ainda mais a exploração, destruição dos direitos sociais, de serviços públicos, do poder local democrático e da apropriação de avultados recursos públicos. ----------

Objetivos esses que o PS, PSD e CDS-PP deliberadamente esconderam no período eleitoral, processo esse que, originou a obtenção de uma maioria relativa pelo PSD e formação de um governo PSD/CDS-PP. Governo que prosseguiu e de uma forma agravada a política de direita e a execução do pacto de Agressão e que tem contado, independentemente de discordâncias secundárias, com o inteiro apoio do PS. ----------

É neste quadro que os Orçamentos de Estado de 2012 e 2013, traduziram a profunda ofensiva contra os direitos e condições de vida dos trabalhadores e do povo e com mais devastadoras consequências no plano económico e social com os cortes no investimento e com a aceleração de entrega de empresas e recursos públicos ao grande capital. ----------

Ano e meio passados das famigeradas assinaturas do Pacto de Agressão/Troika, Portugal está mais endividado, cada vez mais refém dos juros especulativos, enredado num ciclo vicioso "austeridade-recessão-défice". ----------

Tínhamos e temos razão quando denunciamos, alertamos e combatemos o Pacto de Agressão/Troika. ----------

Tínhamos e temos razão quando afirmamos e lutamos pela necessidade urgente de outras políticas que devolvam ao País e aos Portugueses as condições e dignidade de vida nas vertentes politica, económica, social e cultural que a Constituição da Republica Portuguesa emanada do 25 de Abril consagra! ----------

É urgente uma ruptura com esta política, de uma mudança na vida nacional que

abra caminho à construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que combata a profunda crise económica e social que atravessa o País e que dê resposta imediata em seis direcções essenciais. ----------

Rejeição do Pacto de Agressão, contrapondo a renegociação da divida de acordo com os interesses nacionais, desamarrando o país da submissão e colonização a que está sujeito. ----------

Recentrar todo o esforço da política económica e financeira e do investimento do país na promoção e desenvolvimento da produção e riqueza nacionais com criação de emprego, a valorização do trabalho e dos trabalhadores e dos seus direitos e a garantia de uma justa distribuição da riqueza criada. ----------

Alteração radical da politica fiscal, rompendo com o escandaloso favorecimento do grande capital económico e financeiro. ----------

Administração e serviços públicos ao serviço do país capazes de garantir o direito à saúde, à educação, à protecção social dos portugueses. ----------

A recuperação pelo estado do comando democrático da economia, pondo fim às privatizações e garantindo a efectiva subordinação do poder económico ao poder político. ----------

Assegurar a libertação do país das imposições supranacionais de política económica, social e financeira, contrárias ao interesse do desenvolvimento do país. ----------

Seis direcções essenciais que poderíamos sintetizar em três grandes ideias: ------

Resgatar o país da teia da submissão e dependência; ----------

Recuperar para o país o que é do país, os seus recursos, os seus sectores e empresas estratégicas, o seu direito ao crescimento económico e ao desenvolvimento; ----------

Devolver aos trabalhadores e ao povo os seus salários, rendimentos e direitos sociais, indispensáveis a uma vida digna. ----------

Uma política patriótica e de esquerda que não basta ser enunciada, precisa de ganhar vida e expressão com um governo que com ela esteja comprometido e que execute. ----------

Uma política patriótica e de esquerda que precisa de um governo patriótico e de esquerda para a concretizar. ----------

Uma politica ao serviço do povo e do país que exige desde logo derrota definitiva deste governo e a sua demissão. ----------

Uma demissão que se exige e impõe não para que da sua derrota e demissão resulte, à margem da decisão do povo, uma outra solução governativa para continuar a mesma política de direita, como alguns já congeminam, mas para abrir com a sua derrota e demissão espaço a uma solução de mudança e de ruptura com essa política. ----------

Derrota e demissão que em toda e qualquer circunstância exige devolver ao povo a decisão sobre o futuro do país com a realização de eleições antecipadas. Demissão e eleições antecipadas que são, neste quadro, a saída legítima e necessária para interromper o caminho de desastre do país que está em curso. -

Uma solução que não prescinde, antes exige a continuação e reforço da luta. ----

Dessa luta que é decisiva não só para travar a presente ofensiva, como a libertação do país desta desastrosa política. ----------

O país não está condenado ao ciclo vicioso do rotativismo da alternância sem alternativa e não se limita, nem esgota o actual quadro politico e partidário e muito menos se confina aos partidos da troika, subscritores do pacto de agressão. ----------

Como o PCP, há centenas de milhar de patriotas e democratas, centenas de milhar de trabalhadores e de outros portugueses, centenas de organizações sociais e de massas que sabem que é tempo de pôr termo a esta politica, que é possível o outro caminho, que olham com esperança essa profunda aspiração de ver no país uma politica patriótica e de esquerda." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, colocou quatro questões, que passo a transcrever: ----------

"Sobre a polémica que está a existir entre as contradições do PDM e as contradições do PROTAML, tem vindo um conjunto de artigos, a dizer que se vai ter que alterar outra vez o PDM. Ontem na Assembleia de Freguesia tive conhecimento, que vai haver um debate sobre o PDM, penso que em janeiro, era uma informação que deveria ser divulgada, para ouvir e participar. ----------

Sei que a Câmara Municipal do Montijo aprovou o Plano de Proteção Civil, para o Concelho do Montijo, se fosse possível queria que fosse enviado um para o Bloco de Esquerda. ----------

Baixou à Comissão na Assembleia da República, a nova Lei das Autarquias, para poder ser aprovada uma série de questões. Mas desde já defino que é retirar poderes aos municípios e transferir poderes para as agregações municipais, entre elas, provavelmente alguns Presidentes de Câmara do PSD que vão para a reforma e não se podem candidatar e assim asseguram alguns "tachos". Portanto é uma lei, que além do senhor Ministro Relvas mandar numa série de coisas, também vai começar a mandar nas autarquias, ou seja, quer mandar em tudo. ----------

Gostava de saber se a Câmara Municipal, tomou alguma decisão de manter

algum refeitório aberto, durante o período das férias de Natal." ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal – Maria Amélia Antunes**, no uso da palavra, respondeu às questões do senhor Deputado do BE, disse: ----------

"Sobre as contradições do PROTAML e o PDM e vamos cingir-nos ao Montijo. O PROTAML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, o plano que ainda está em vigor, é o plano que mantém o aeroporto na OTA. ----------

Em janeiro de 2008, o Governo do Eng.º José Sócrates, pela sua voz ter anunciado, o aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, foi aberto o processo de revisão do PROT, para adaptar o PROTAML à nova localização do aeroporto, bem como à terceira travessia do tejo e um conjunto de investimentos estratégicos aqui para a nossa região, mas também para Vila Franca, Oeiras, Sintra. ----------

O PROT, ou seja, essa revisão nunca chegou a ser fechada, porque foram surgindo algumas divergências, não nos municípios aqui do Arco Ribeirinho, mas em Vila Franca, Sintra, Oeiras e Lisboa, que eu agora me recorde. Esses problemas foram sendo aplanados, mas o PROT nunca chegou a ser definitivamente aprovado, nunca foi ratificado pelo Governo e publicado. --------

O que significa que quando este governo entrou em funções, o PROT não estava concluído, e em julho de 2012, o senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Ambiente proferiu um despacho para que em 90 dias, o senhor Presidente da CCDR, lhe fazer presente uma informação para repor a anterior situação. A verdade é que até hoje, nós não temos nenhuma situação concreta, sobre o PROT. ----------

Enquanto não for resolvida esta questão do PROT, nós também temos o nosso PDM – Plano Diretor Municipal, condicionado, porque o PROT é um instrumento de planeamento superior e os PDM, têm que se conformar à grandes regras e linhas do PROT. E como se sabe, também por causa da localização do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, nós tivemos três anos a viver com condicionantes e medidas preventivas, que também limitaram grandemente o nosso território de 2008 a 2011. ----------

Vamos ver como é que esta situação vai evoluir, mas não me parece deste conjunto de informação que haja possibilidades de fechar o PROT brevemente, porque este processo vai naturalmente de acordo com a lei, ser participado pelos municípios. ----------

Quanto à posição da Câmara Municipal, no dia 23 de janeiro, vai haver uma reunião da Comissão de Acompanhamento, com os vários intervenientes da Revisão do PDM. Também temos realizado algumas reuniões nas freguesias e neste momento falta ainda o Montijo, Afonsoeiro, Pegões e Atalaia, que vamos realizar entre o dia 8 e 19 de janeiro, mas, iremos dar conhecimento das respetivas datas. O que se pretende da reunião do dia 23, que é dirigida pela CCDR, é termos já uma proposta e queremos que os vários elementos presentes da Comissão de Acompanhamento tragam também as suas propostas. ----------

O Ministério da Agricultura ainda não apresentou nenhuma proposta para o concelho do Montijo, o Ministério da Saúde ainda não apresentou nada sobre a rede de cuidados primários, o Ministério da Educação também ainda não apresentou nada, bem como a CCDR. Eles querem, é que o trabalho seja feito pela Câmara Municipal, mas depois vêm criticar o trabalho da equipa do PDM e tentar impor as suas regras. O concelho do Montijo, com a área geográfica que

tem, o Ministério da Agricultura tem que ter uma palavra, queremos saber o que pensam da reserva agrícola, da reserva ecológica, dos solos abandonados, só depois daremos os nossos contributos. ----------

O Plano de Emergência da Proteção Civil, vai ser colocado no site da Câmara Municipal, mas faremos chegar ao senhor Deputado uma cópia do Plano. --------

Outra matéria de grande importância é a Lei das Competências para as Áreas Metropolitanas e para as Comunidades Intermunicipais, eu não parto do princípio, que isto vai ser para os autarcas que já não se podem recandidatar. O meu ponto de partida, é que isto não reorganiza nada, do ponto de vista da operacionalização para a gestão do território. Em vez de ser a lei a transferir diretamente para as freguesias competências, fica na disponibilidade dos municípios. Os municípios têm obrigatoriamente que transferir competências para as Comunidades Intermunicipais e mais, há decisões municipais que só podem ser tomadas com parecer das Comunidades Intermunicipais, o que significa por em causa a autonomia do poder local e não vai rentabilizar os recursos disponíveis. ----------

Sobre os refeitórios abertos nas pausas letivas a Câmara Municipal do Montijo nunca deliberou isso, mas sempre que há necessidade estão abertos. ----------

Respondendo também à questão colocada pelo senhor Deputado Alfredo Rodrigues, o nosso princípio é este, nenhuma criança das escolas do Montijo, deixa de comer, por os pais não poderem pagar, basta virem à Câmara dizer e provar que não podem pagar. ----------

Os pais que podem pagar, têm que ter a obrigação de vir pagar e alguns até ficam muito chocados, porque por poucos euros receberam uma carta da Câmara, os pais não receberiam carta da Câmara se responsavelmente

pagassem, só recebe cartas quem entra na lista dos devedores. Se não houver aqui também uma situação de exigência, a tendência é para abusar e eu devo dizer que desde setembro a Câmara Municipal do Montijo, tem cerca de quarenta mil euros de refeições em atraso. ----------
Temos que ser exigentes, rigorosos, tolerantes e verificar se realmente as famílias não podem pagar, prova-se a corrige-se a situação." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, de seguida submeteu à **votação a admissão** das duas Moções e um Voto de Congratulação, tendo os mesmos sido **admitidas por unanimidade.** ----------

Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, submeteu à **votação** as duas Moções e um Voto de Congratulação, designadamente: ----------

Votação da 1ª Moção, apresentada pelo PS – "DEFENDER AS ÁGUAS PÚBLICAS"

Aprovada por Maioria, com 23 votos a favor (17 do PS, 5 da CDU e 1 do BE), 4 abstenções do PPD/PSD.CDS.PP e 0 votos contra. ----------

Votação da 2ª Moção, apresentada pela CDU – "ORÇAMENTO DE ESTADO DO GOVERNO PSD/CDS.PP"

Aprovada por Maioria, com 23 votos a favor (17 do PS, 5 da CDU e 1 do BE), 4 votos contra do PPD/PSD.CDS.PP e 0 abstenções. ----------

Votação do Voto de Congratulação, apresentada pelo PS – "AUTARQUIA + FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL"

Aprovada por Unanimidade. ----------

A fim de dar cumprimento ao solicitado, pela Bancada da CDU, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício**, submeteu à **votação a admissão** da proposta **"Criação de uma Comissão HADOC"**, tendo a Assembleia deliberado **reprová-la com** 21 votos contra (17 do PS e 4 do PPD/PSD.CDS.PP), 6 votos a favor (5 da CDU e 1 do BE) e 0 abstenções. ----------

O senhor **Presidente em exercício da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período da Ordem do Dia, informando que a Ordem de Trabalhos tinha para apreciação e votação os seguintes pontos: ----------

PONTO UM – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 868/12 – **"Participação do Município no IRS"** ----------

PONTO DOIS – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 869/12 – **"Derrama"** ----------

PONTO TRÊS – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 870/12 – **"Hasta Pública para alienação de sete lotes de terreno no Concelho do Montijo"** ----------

PONTO QUATRO – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 871/12 – **"Contratação de Empréstimo a Curto Prazo"** ----------

PONTO CINCO – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 872/12 – **"Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos"** ----------

PONTO SEIS – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 873/12 – **"Orçamento 2013"** ----------

PONTO SETE – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 874/12 – **"Aprovação dos Mapas de Pessoal relativos à proposta de orçamento para 2013"** ----------

PONTO OITO – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 878/12 – **"Abertura de Procedimento Concursal para a carreira/categoria de Assistente Operacional"** ----------

PONTO NOVE – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 879/12 – **"Abertura de Procedimento Concursal para a carreira/categoria de Assistente Operacional"** ----------

PONTO DEZ – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 886/12 – **"Documentos Previsionais para 2013: - Grandes Opções do Plano: Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento e Mapa de Pessoal – SMAS"** ----

PONTO ONZE – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 890/12 – **"Atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus que exercem funções no Município de Montijo, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto"** ---------

PONTO DOZE – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 891/12 – **"Adequação da Estrutura Orgânica do Município de Montijo – Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto"** ----------

PONTO TREZE - – Informações da Exma. Senhora Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º. da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----------

ORDEM DO DIA

PONTO UM – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 868/12 – **"Participação do Município no IRS"** ----------

"Nos termos do Art.º 20.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial. ----------

A política fiscal do governo tem vindo a agravar os impostos em geral sobre os cidadãos e, e, particular, o IRS, agravado com o corte dos subsídios de férias e de natal. Os portugueses estão assim confrontados com uma brutal carga de

impostos que o Governo arrecada e gasta sem controlo, aumentando a dívida e o défice. ----------

Dos 100% de IRS arrecadado no Município do Montijo, o Governo embolsa e gasta 95%, transferindo apenas 5% para a Câmara. ----------

A Câmara Municipal do Montijo tem realizado uma gestão de rigor, contenção e transparência, com respeito pelo dinheiro dos cidadãos contribuintes. Não obstante receber apenas 5% do IRS dos munícipes, entende que devido ao aumento da carga fiscal imposta por este Governo, fixar em 4% a sua parte no IRS, devolvendo aos cidadãos 1%. ----------

PROPONHO: Nos termos do n.º 1 do Art.º 20º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, a aplicação de uma taxa de 4% de **IRS;** ----------

Que tal seja comunicado à Direcção-Geral dos Impostos (DGCI), conforme definido no n.º 2 do Art.º 20º da lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro." ----------

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea h) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal, de seguida submeteu à **votação a proposta**, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la** por maioria, com 23 votos a favor (17 do PS, 5 da CDU e 1 do BE), 4 abstenções do PPD/PSD.CDS.PP e 0 votos contra. ----------

O senhor **Deputado Municipal – Fernando Coelho** (PS), no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, que passo a transcrever: ----------

1. "O O.E. para/2013 pressupõe uma política de empobrecimento do País e das Pessoas, em que o consumo, o rendimento, o investimento e o emprego diminuem. ----------
2. Estamos perante um O.E. de rutura democrática, em que o regresso aos mercados financeiros constitui o único objetivo do Governo, sem nenhumas garantias de que a receita encontrada tenha como efeito pôr o País a crescer. ----------
3. Os sacrifícios que se exigem dos Portugueses são extremamente violentos e, em alguns casos, confundem-se com o Instituto do Confisco. ----------
4. Os cortes nos apoios socias, nas pensões, o enorme aumento de impostos põem em causa a estabilidade democrática. ----------
5. Neste contexto a Proposta nº31/2012 da C.M.M., que prevê a redução de 20% do IRS pago pelos Munícipes, contribui para o aumento do rendimento disponível das famílias montijenses, e por conseguinte do bem-estar social do nosso Concelho. ----------
6. Acresce salientar que só uma gestão rigorosa dos eleitos locais do Partido Socialista no nosso Município permite prescindir do influxo financeiro que tal medida representa, e, ao mesmo tempo, patentear um acervo de solidariedade e de responsabilidade social. ----------
7. Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente esta Proposta." ----------

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

O senhor Presidente em exercício informou que a **reunião prosseguiria no dia 20 de dezembro de 2012**, pelas vinte e uma horas. ----------

E não havendo mais nada a tratar foi pelo Senhor Presidente em exercício, encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária, era uma hora e vinte minutos do dia vinte de dezembro de 2012. ----------

E eu, Joaquina Maria Azevedo Barbosa, Assistente Técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, fiz lavrar a presente acta que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.----------

---------- O Presidente ----------

Pedro Rafael Pereira Reis Carmona

---------- O 1º Secretário ----------

Pedro Jorge Firmino Zinha

---------- O 2º Secretário ----------

Rafael Pestana Moreira